



PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review

e-ISSN: 2316-932X

DOI: 10.5585/podium.v1i2.30

Organização: Comitê Científico Interinstitucional

Editor Científico: João Manuel Casquinha Malaia dos Santos

Avaliação: Double Blind Review pelo SEER/OJS

Revisão: Gramatical, normativa e de formatação

**GESTÃO DO ESPORTE MILITAR NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO
PRIMEIRO MODELO DE GESTÃO ADOTADO PELA LIGA DE SPORTS DA MARINHA
(1915-1919)**

**MILITARY SPORTS MANAGEMENT IN BRAZIL: A HISTORICAL ANALYSIS OF THE
FIRST MANAGEMENT MODEL ADOPTED BY THE NAVY LEAGUE SPORTS
(1915-1919)**

**GESTIÓN DEPORTIVA MILITAR EN BRASIL: UN ANÁLISIS HISTÓRICO DEL
MODELO DE GESTIÓN ADOPTADO POR PRIMERA VEZ POR EL SPORTS NAVY
LEAGUE (1915-1919)**

Karina Cancellla

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Integrante do *Sport* – Laboratório de História do Esporte e do Lazer da UFRJ

E-mail: karinacancellla@gmail.com (Brasil)

Leonardo Mataruna

Doutor em Educação Física pela Universidade Gama Filho – UGF

Membro da Comissão Técnica - Estrategista da Confederação Brasileira de Judô

E-mail: mataruna@gmail.com (Brasil)



GESTÃO DO ESPORTE MILITAR NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO PRIMEIRO MODELO DE GESTÃO ADOTADO PELA LIGA DE SPORTS DA MARINHA (1915-1919)

RESUMO

Nos estudos sobre gestão do esporte, pesquisadores têm afirmado que as ligas esportivas foram organizadas com objetivo de maximizar os lucros das entidades e regular o mercado esportivo. No entanto, este modelo explicativo pode não se aplicar a todas as ligas fundadas no Brasil ao longo do século XX. Como consequência da aproximação dos militares da prática esportiva, foram fundadas em 1915 a Liga Militar de *Football*, no Exército, e a Liga de *Sports* da Marinha (LSM) com função de organizar a participação dos militares no esporte. Este trabalho buscou identificar a estrutura organizacional adotada pela LSM por meio de uma pesquisa histórica e as análises realizadas demonstraram que a LSM não se enquadra nas características de liga com objetivo de maximização de lucros defendido pelos teóricos da economia do esporte, caracterizando-se como uma exceção a este modelo generalizante.

Palavras-chave: Forças Armadas; Ligas Esportivas; Gestão do Esporte.

MILITARY SPORTS MANAGEMENT IN BRAZIL: A HISTORICAL ANALYSIS OF THE FIRST MANAGEMENT MODEL ADOPTED BY THE NAVY LEAGUE SPORTS (1915-1919)

ABSTRACT

In studies of sport management, researchers have claimed that the sports leagues were organized in order to maximize profit entities and regulate the sports market. However, this explanatory model may not apply to all leagues founded in Brazil throughout the twentieth century. In 1915 was founded the Military Football League, in the Army, and the Navy League of Sports (LSM), as a consequence of the approach among military and sports. The both Institution was created with function to organize the participation of the military in the sport. This study aimed to identify the organizational structure adopted by LSM. This is a historical research and the analyzes showed that LSM does not fit with the characteristics of league of profit maximization advocated by theorists of sports economics, characterized as an exception to this generalized model.

Keywords: Armed Forces; Sport Leagues; Sports Management.



**GESTIÓN DEPORTIVA MILITAR EN BRASIL: UN ANÁLISIS HISTÓRICO DEL
MODELO DE GESTIÓN ADOPTADO POR PRIMERA VEZ POR EL LIGA
DESPORTIVA DE LA MARINA (1915-1919)**

RESUMEN

En los estudios sobre la gestión deportiva, los investigadores han afirmado que las ligas deportivas se organizaron con el fin de maximizar las entidades lucrativas y regular el mercado deportivo. Sin embargo, este modelo explicativo no se aplican en todas las ligas fundadas en Brasil a lo largo del siglo XX. Como consecuencia de la aproximación de los deportes militares, fue fundada en 1915 para militar Football League, el Ejército y la Marina Sports League (LSM) con la función de organizar la participación de los militares en el deporte. Este estudio tuvo como objetivo identificar la estructura organizativa adoptada por LSM a través de la investigación histórica y los análisis han demostrado que LSM no se ajusta a las características de gol en la liga de la maximización del beneficio defendida por los teóricos de la economía del deporte, que se caracteriza como un excepción a este modelo generalizar.

Palabras clave: Fuerzas Armadas; Ligas Deportivas; Gestión Deportiva.



1 INTRODUÇÃO

O esporte militar, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, apresentou grande projeção em todo o mundo. Faz-se necessário destacar que, neste trabalho, compreendemos o esporte a partir do conceito de “esporte moderno”, fundamentado em contraponto às práticas corporais identificadas desde a Antiguidade. Este conceito, de acordo com Victor Melo (2010), pode ser definido como um movimento característico da modernidade, organizado em torno de entidades representativas com regras definidas e calendário de atividades próprio. Estas práticas envolvem, ainda, diferentes áreas de atenção como treinadores, gestores, profissionais de saúde. Esta estrutura em torno da atividade é o principal ponto de diferenciação com as demais práticas corporais.

Ao longo do século XX, as estruturas ligadas ao esporte militar passaram a se equiparar às organizações esportivas de alta performance, assim como seus torneios e campeonatos a ser inseridos com maior frequência no campo dos Megaeventos Esportivos.¹ O Brasil, em 2011, foi palco de um dos mais consagrados eventos esportivos militares: os 5º. Jogos Mundiais Militares - Os Jogos da Paz, realizados na cidade do Rio de Janeiro no período de 16 a 24 de julho. Os Jogos Mundiais Militares, idealizados pelo *Conseil International du Sport Militaire* (CISM – Conselho Internacional de Esporte Militar), instituição regulamentadora internacional do esporte militar fundada em 1948, ocorrem a cada 4 anos, no ano anterior ao dos Jogos Olímpicos de Verão, com primeira edição em 1995 em Roma (ITA), seguido de Zagreb (CRO) em 1999, Catânia (ITA) em 2003 e Hyderabad (IND), em 2007. Em 2010 foram realizados os 1º. Jogos Mundias Militares de Inverno no Vale de Aosta (ITA) e os Jogos Mundiais de Cadetes em Ankara (TUR).

Atualmente, percebe-se o esporte como um fenômeno consagrado e praticado no meio militar em todo o mundo como ferramenta de preparação do corpo e também na forma competitiva e de lazer, além de elemento de projeção do poder e força das instituições. Ao longo de todo o século XX, a prática do esporte e da atividade física nas Forças Armadas (FFAA) brasileiras, até a

¹Roche (2000 como citado em Dinces, 2005) define os Megaeventos como grandes eventos culturais, sejam comerciais ou desportivos, com intenso caráter dramático, apelo popular de massa e importância internacional. A preparação de um megaevento esportivo pode ser compreendida em três etapas: processo de planejamento e organização que o antecede; a execução real e apresentação do evento; e seus impactos a longo prazo. O autor ainda destaca que os megaeventos urbanos são normalmente concebidos e produzidos por grupos poderosos das elites locais e apresentam poucas oportunidades democráticas de entrada de cidadãos no processo de elaboração política dos projetos.



década de 1940 compostas apenas por Exército e Marinha, ampliou-se de maneira significativa, tendo os militares participado no processo de estabelecimento das primeiras escolas de formação em Educação Física do país e atuação significativa na organização de eventos esportivos no Brasil, caso dos Jogos do Centenário de 1922 (Cancell a & Mataruna, 2012a).

Ainda no início do século XX foram criadas as primeiras instituições reguladoras da prática esportiva dentro do Exército Brasileiro (EB) e da Marinha do Brasil (MB) no ano de 1915: a Liga Militar de *Football* (LMF) e a Liga de *Sports* da Marinha (LSM). Este período da década de 1910 foi marcado também pelas discussões sobre a criação da primeira entidade esportiva nacional no Brasil, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD). A fundação das Ligas esportivas nas FFAA, portanto, estava acompanhando um movimento maior que se desenvolvia no panorama do esporte no Brasil. No entanto, desde meados do século anterior, algumas atividades físicas e esportivas já haviam sido introduzidas no cotidiano destas instituições de forma gradativa através de medidas normativas, como a inserção sistemática destas práticas no currículo das diferentes escolas de formação militar. A partir das reformulações curriculares realizadas nas instituições de ensino de oficiais de EB e MB no ano de 1858, os alunos de seus cursos passaram a ter como parte das atividades aulas de tiro, ginástica, equitação militar e “hipiátrica”, natação e esgrima.^{2,3} (Cancell a & Mataruna, 2012b).

O esporte, então, passou a figurar entre as atividades das FFAA brasileiras, tendo alguns militares participado do processo de difusão e regulamentação de diferentes modalidades na sociedade. Os militares não somente praticavam as ginásticas e os esportes no interior dos quartéis, mas também desempenharam importante papel de fomentadores no meio civil, através da atuação na função de instrutores de ginástica em escolas civis, assim como na participação como esportistas em competições de diferentes modalidades e também no papel de liderança em entidades reguladoras esportivas (Garrido & Lage, 2005; Silva & Melo, 2011).

Das práticas de ginástica no interior dos quartéis ao desempenho de funções de instrutores nas escolas civis, os militares, durante a década final do oitocentos e inicial do novecentos, atuaram na divulgação destas práticas para a sociedade. As preocupações com o processo de formação

²Decreto n° 2.116, de 01 de março de 1858 (1858). Aprova o Regulamento reformando os da Escola de aplicação do exercito e do curso de infantaria e cavalaria da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e os estatutos da Escola Militar da Corte. Coleção de Leis do Império de 1858.

³Decreto n° 2.163, de 01 de maio de 1858 (1858). Reorganiza a Academia de Marinha em virtude da autorização concedida no parágrafo 3°. do artigo 5°. da Lei n. 862 de 30 de julho de 1856. Coleção de Leis do Império de 1858.



Gestão do Esporte Militar no Brasil: Uma Análise Histórica do Primeiro Modelo de Gestão Adotado pela Liga de Sports da Marinha (1915-1919)

destes instrutores, fortemente influenciadas por grupos militares estrangeiros, fomentaram as primeiras medidas para criação de escolas de formação em Educação Física no Brasil na primeira década do século XX. A Escola de Educação Física da *Liga de Sports da Marinha* foi fundada e entrou em atividade em 1925, formando sua primeira turma de monitores para atuação na Força em janeiro de 1928. No ano de 1922 já havia sido mandado criar o Centro Militar de Educação Física pelo Exército com funções de dirigir, coordenar e difundir o novo método de educação física (influenciado pela Escola Francesa) e suas aplicações desportivas. No entanto, este Centro somente foi efetivamente instalado no ano de 1929 e passou a formar militares e civis para atuação nos quartéis e nas escolas da Educação Básica. Além disso, militares participaram do processo de organização da Escola Nacional de Educação Física e Desportos na Universidade do Brasil em 1939.

Do período das atividades ginásticas até a criação das Ligas Esportivas Militares (LEM), a prática de esporte de forma competitiva não era normatizada ou regulamentada pelas instituições. A partir de 1915, as LEM assumiram este papel de entidades regulamentadoras da prática esportiva entre os militares brasileiros, sendo responsáveis por ações de difusão e normatização de tais práticas. De 1915 a 1922, os processos de organização esportiva e institucionalização das atividades fizeram com que o esporte adquirisse novas preocupações e investimentos no interior das instituições militares. Com a ampliação da abrangência do esporte competitivo, os militares passaram a especializar as práticas e garantiram espaço de representação entre as principais equipes esportivas do país e até mesmo em seleções nacionais em eventos esportivos internacionais, como nos Jogos Olímpicos da Antuérpia em 1920 (Cancelli, 2012).

Com a fundação das Ligas Esportivas Militares e a efetiva inserção dos militares no cotidiano esportivo nacional, a organização interna e gestão do esporte nestas instituições passou a ser um ponto fundamental para a melhor mediação das atividades entre as Forças e entre estas e as entidades esportivas civis. Neste ponto iniciaremos o debate sobre o modelo de organização do esporte adotado pela Liga de *Sports* da Marinha, utilizando como base de comparação os modelos de liga esportiva defendidos por Vamplew (2004) e Neale (1964). Para esta pesquisa histórica foram analisadas as atas de reuniões de Diretoria, Conselho Diretor e Assembléias de Representantes realizadas na Liga de *Sports* da Marinha entre dezembro de 1915 e junho de 1919 por meio do método de “análise crítica de documentos”. Este método foi empreendido em duas



etapas: a crítica externa, a fim de identificar a efetiva relação da produção com a datação do documento informada; e a crítica interna, onde é observado o conteúdo informado na fonte, o objetivo de produção do documento, as características do produtor e as circunstâncias em que foi produzido, além de seu público alvo (Calado & Ferreira, 2005). Nas transcrições documentais foi preservada a grafia original da época.

2 A LIGA DE SPORTS DA MARINHA E O MODELO ECONÔMICO DE LIGA ESPORTIVA: UM CASO DE EXCEÇÃO.

A organização esportiva tendo como base a criação de ligas foi um movimento constante em fins do século XIX e início do século XX em todo o mundo, não estando o Brasil distante deste processo. As ligas esportivas podem ser compreendidas como instituições responsáveis pela administração dos interesses dos clubes das diferentes modalidades, atuando como normatizadoras das práticas através de regras impostas (e aceitas) pelas equipes integrantes das ligas. O aceite por parte dos clubes das determinações com relação à organização dos campeonatos, sistemas de promoção e rebaixamento eram partes fundamentais para o efetivo funcionamento destas instituições. As primeiras ligas esportivas fundadas no mundo foram a Liga Inglesa de Futebol e a Liga Norte-Americana de Beisebol, ambas no ano de 1871 (Malaia, 2010).

Esta organização do esporte passou a atrair a atenção de pesquisadores sobre economia ainda em meados do século XX. O trabalho de Simon Rottenberg, “The Baseball Players Labor Market”, publicado em 1956 no *Journal of Political Economy*, foi o primeiro a abordar o esporte com análises econômicas. Na década seguinte, Walter Neale publicou na *The Quarterly Journal of Economics* o trabalho “The Peculiar Economics of Professional Sports”, em 1964, inserindo efetivamente o esporte nas discussões econômicas. Neste trabalho, Neale defende que as ligas esportivas fazem parte de uma economia peculiar dos esportes, compreendendo-as como “multiplan monopoly”, uma vez que uma equipe sozinha não consegue gerar o produto a ser vendido no mercado esportivo (a competição) e os clubes acabam por se unir e criar uma entidade que monopolize o mercado (a liga). Paradoxalmente, para que o produto seja vendido, no caso do esporte, depende-se sempre de uma “empresa” (clube) adversária. Neale (1964) ainda defende que a



incerteza do resultado seria o grande atrativo para os consumidores e esta somente seria possível com um equilíbrio qualitativo entre as equipes.

Bougheas e Downward (2003), comentando Neale (1964), afirmam que embora cada equipe se esforce para superar seus concorrentes, tanto no campo quanto financeiramente, a sobrevivência da liga depende da manutenção de um equilíbrio competitivo. Exemplificando, os autores comentam que se uma única equipe domina o campeonato durante um longo período de tempo, isto irá reduzir equilíbrio competitivo e a incerteza de resultados, gerando menor interesse por parte dos consumidores e, por conseguinte, ocasionaria a redução das receitas da liga.

Já o modelo de liga esportiva trabalhado por Wray Vamplew (2004), destaca estas entidades como “ligas-cartéis” com função de organizar as competições, regular o mercado de jogadores, maximizar as rendas por meio da melhoria dos produtos oferecidos, além de manter a sustentabilidade da liga por meio da manutenção do equilíbrio com apoio aos times menores, caso fosse necessário.

Para realizar uma análise econômica do esporte, é ainda importante que se considere que este movimento engloba

fatores como o **trabalho** (dos jogadores, técnicos e funcionários dos campos) é combinado com o **capital** investido (nos campos, nos estádios, nos equipamentos usados pelos jogadores, em funcionários contratados para a organização do espetáculo e manutenção do clube) para produzir com outros times de uma liga um **produto** (o jogo) para ser vendido a **consumidores** (espectadores e torcedores) em uma praça esportiva adequada para recebê-los (Malaia, 2008, pp. 126-127, grifo do autor)

Malaia, comentando o processo de fundação de ligas e federações esportivas no Brasil nas décadas iniciais do século XX, afirma que

o esporte foi traduzido, codificado e monopolizado por esse pequeno grupo que fazia com que os incentivos governamentais, econômicos e políticos fluíssem apenas para seus clubes e federações, e marginalizava todos aqueles que deixassem de seguir os modelos de práticas esportivas controladas por essas entidades. O Estado elegia tais entidades e dava a elas o título de “entidades oficiais”, responsáveis pela representação do país em competições internacionais, transformados em mega-eventos, atraindo a atenção do público e da grande imprensa. As competições esportivas internacionais ainda tinham a função de legitimar determinados grupos da elite dos diversos países do mundo como os gestores “oficiais” do esporte em seus países (Malaia, 2011, p. 72).



Apesar das diferenças entre os formatos de ligas adotados pelos países, estas entidades, na estrutura econômica do esporte, seriam as entidades com maior poder. Com a atribuição de organizar as regras de funcionamento, definindo questões como valor de salários de jogadores; tamanho dos estádios; quantidade de competições a serem realizadas; número de jogadores que cada clube poderia contratar e questões relacionadas a transferências; e atuando como um verdadeiro cartel, excluindo ou inserindo times de acordo com seus interesses com objetivos de maximização dos lucros e monopólio do mercado (Malaia, 2008).

Como já discutido, o processo de estruturação dos esportes em torno de ligas chegou também às FFAA ainda nas décadas iniciais do século XX. Apesar de inúmeros esportes já serem praticados corriqueiramente entre praças e oficiais da Marinha, até 1915 não existia nenhuma forma de regulamentação institucional destas práticas. Preocupados em centralizar o controle destes jogos e normatizar a participação dos militares nas atividades, um grupo de 89 oficiais se reuniu no Clube Naval em 25 de novembro de 1915 para a fundação de uma entidade diretora de esportes navais que recebeu o nome de Liga de *Sports* da Marinha.⁴

A fundação oficial ocorreu em 1915 e, desde então, a *Liga de Sports da Marinha* atuou na organização das atividades esportivas, com a programação de competições internas de natação, pólo aquático e futebol, ainda naquele ano, como instrumento para divulgação da LSM; comunicação oficial às autoridades navais superiores da criação da Liga; e solicitação ao Ministro da Marinha para assumir a direção dos *sports de bordo*, conforme registrado na ata da 1ª. Sessão da Diretoria, datada de 16 de dezembro de 1915 na sala de conferências do *Club Naval*.⁵ No entanto, sua regulamentação institucional só foi efetivada em janeiro do ano seguinte, conforme publicação em Ordem do Dia do Ministério da Marinha nº. 01 de 04 de janeiro de 1916:

⁴ Albuquerque, J. (1928). Os sports na Marinha de Guerra do Brasil. *Revista Marítima Brasileira*, 5º bimestre de 1928, 525-542. Departamento de História da Marinha - DPHDM

⁵ 1ª. Sessão da Diretoria de 16 de dezembro de 1915. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.



Gestão do Esporte Militar no Brasil: Uma Análise Histórica do Primeiro Modelo de Gestão Adotado pela Liga de Sports da Marinha (1915-1919)

Permite jogos e exercícios sportivos nos navios, corpos e estabelecimentos de Marinha Snr. Chefe de Estado Maior da Armada, declaro-vos, para fins convenientes, que, approvando os intuitos da Liga de Sports da Marinha, associação fundada por officiaes com o fim de concorrer para o desenvolvimento physico do pessoal da Armada, por meio dos jogos e exercícios, com campeonatos annuaes, resolvi permittir que a citada Liga se corresponda com as autoridades da Marinha, em relação ao que for necessário a seus fins, e que as autoridades lhe facilitem os meios de acção, sem prejuízo para o serviço, fazendo-se os jogos sob direção da referida Liga e seus representantes nos navios, corpos, estabelecimentos, ficando a acção destes últimos sujeita a approvação dos respectivos commandantes. Saúde e fraternidade. Assignado Alexandrino Faria de Alencar.⁶

Já na reunião de fundação foram estabelecidas questões relacionadas ao processo de organização administrativa da Liga. Definiu-se que esta seria comandada por um sistema de Diretorias, sendo três diretorias com funções de gestão e diretorias específicas para a organização das modalidades esportivas que compunham o quadro de atividades; sócios com características pré-definidas com possibilidade de votação nas questões internas da LSM; além da designação de representantes da entidade nos navios, corpos e estabelecimentos da Marinha que teriam função de divulgar as atividades da Liga entre a tripulação e coordenar as ações de organização e inscrição dos esportistas nas competições. Os cargos de Diretor-Presidente, Diretor-Secretário e Diretor-Tesoureiro foram definidos e ocupados ainda nesta primeira reunião dos officiaes. O Capitão-de-Corveta Adalberto Nunes, por indicação dos presentes, foi nomeado Diretor-Presidente da LSM, sendo acompanhado pelo Capitão-Tenente Alberto de Lemos Basto na função de Diretor-Secretário e o Primeiro-Tenente Alfredo Sinay para Diretor-Tesoureiro. O pavilhão da Liga também foi tema de discussão nesta primeira reunião, ficando a cargo do Primeiro-Tenente Gustavo Goulart a elaboração de opções para a “bandeira” já neste primeiro encontro. As propostas foram analisadas pelos presentes e votou-se pela adoção por escolha da maioria da “bandeira constituída por uma âncora vertical feita a risco preto sobreposta com um salvavidas circular vermelho, sobre o qual se vêm em preto as iniciaes do nome da Liga, estando este conjunto sobre um campo branco”.⁷

As definições e nomeações dos diretores dos diferentes jogos a serem coordenados pela Liga foram realizadas em sua segunda reunião de diretoria. Para dirigir os “Serviços de Remo” da LSM foi convidado o Capitão-de-Corveta Amphilóquio Reis, já para os “Serviços de Vela”, convidou-se o Primeiro-Tenente Eleazar Tavares, e para os “Serviços de *Football*”, o Segundo-Tenente

⁶Relatório do Ministério de Negócios da Marinha de 1916 (1916). Anexo A, p. 1.

⁷Reunião de officiaes para fundação da Liga de Sports da Marinha. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.



Benjamim Sodré⁸, ficando também responsável de realizar combinações para utilizar campos particulares pela LSM. O Primeiro-Tenente Gustavo Goulart, autor do pavilhão da Liga, recebeu a responsabilidade de realizar estudos para a construção de um campo de *football* na Ilha das Cobras e havendo a possibilidade espacial, combinar a cessão do espaço com o Engenheiro Chefe do Novo Arsenal, sendo construído naquela ilha.⁹

Para ser “consórcio” (sócio) da LSM eram exigidas algumas características específicas. Na 1ª. Assembléia de Representantes, realizada em 24 de dezembro de 1915,¹⁰ foi definido quem poderia fazer parte da Liga como sócio. As opções colocadas em votação eram: oficiais honorários da Armada, professores e dentistas civis com honras, aspirantes de Marinha, sub-comissários e sub-maquinistas. Após a votação definiu-se que poderiam integrar a LSM: oficiais honorários, dentistas e professores com honras e guardas-marinha alunos. Com esta definição, caracteriza-se a participação na Liga a partir dos níveis hierárquicos (oficiais, suboficiais e praças), priorizando-se o oficialato e seus assemelhados (caso dos professores civis e dentistas), excluindo do processo decisório de gestão do esporte na MB todos os demais integrantes da Força (marinheiros, cabos, sargentos e suboficiais).

As diretorias da Liga eram escolhidas a partir do voto individual entre os sócios, ocorrendo votação para os cargos de Diretor-Presidente, Diretor-Tesoureiro e Diretor-Secretário, assim como os suplentes. Este processo era realizado durante as Assembléias Gerais, como registrado em Ata da 1ª. Assembléia Geral de 20 de novembro de 1916 para a escolha do corpo diretivo para o ano de 1917.¹¹ Apesar do processo “democrático” de escolha, somente poderiam se candidatar aos cargos de direção os sócios da Liga que, por sua vez, eram compostos por oficiais e guardas-marinha, conforme determinações definidas ainda em 1915.¹² Desta forma, aos suboficiais e praças era permitida apenas a participação nas competições, desde que devidamente autorizada por seus Comandantes.

⁸ Benjamin Sodré, também conhecido como Mimi Sodré, foi jogador de futebol e representou, entre 1910 e 1916, os clubes cariocas do América e do Botafogo.

⁹ 2ª. Sessão da Directoria de 20 de dezembro de 1915. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.

¹⁰ 1ª. Assembleia de Representantes de 24 de dezembro de 1915. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.

¹¹ 1ª. Assembleia Geral de 20 de novembro de 1916. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.

¹² 1ª. Assembleia de Representantes de 24 de dezembro de 1915. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.



Os regulamentos para as competições da LSM eram discutidos em reuniões com seu corpo diretivo. Na ata da 2ª. Assembléia de Representantes, de 27 de dezembro de 1915, registrou-se o processo de organização das primeiras competições, definindo-se a criação de categorias para oficiais, suboficiais e praças nas competições de natação, remo e vela. Para as competições de *water polo* e futebol, levantaram-se questões sobre a composição mista das equipes, havendo grupos a favor e contra. Após a votação, a Liga *a priori* defendeu o estabelecimento de equipes mistas. No entanto, o Diretor-Secretário Capitão-Tenente Alberto de Lemos Basto, informa que

(...) a intenção da Directoria é estabelecer logo que possa os campeonatos de foot ball e water polo e que, para permitir que todos os navios tomem parte nestes jogos se estabelecer campeonatos separados para officiaes, sub officiaes e praças o que, ao menos ao principio, não e possível, pensa propor que o campeonato de *foot ball* seja desde já estabelecido para as praças (...)¹³

Apesar de inicialmente defender a participação esportiva em conjunto entre oficiais e praças, a LSM enfrentou resistências internas significativas. Na sessão de Diretoria 15 de janeiro de 1916 discutiram-se as bases para os campeonatos de *water polo* e natação. Neste documento, foi informado aos diretores que

os senhores comandantes da 3a Divisão Naval e N.E. Benjamin Constant proibiram aos seus subordinados a organização de partidas mixtas, isto é, compostas de pessoal de várias categorias militares, e sendo intenção da Diretoria, já manifestada, que os teams de water polo para o campeonato possam ser mixtos, a semelhança do que foi anunciado para o torneio de fevereiro, resolveo-se adiar a discussão e organização de tais bases, assumpto principal da reunião de hoje, e bem assim que o mesmo Sr. Presidente tomara a incumbência de procurar conciliar as tendências das duas referidas autoridades com as ideias da Diretoria. 14

Esta questão voltou à discussão na sessão de 13 de fevereiro, uma vez que as inscrições para o torneio que se realizaria no dia 20 de fevereiro foram poucas, “devido a dificuldade de organização de teams mixtos devido as proibições de vários commandantes” o que fez com que a diretoria decidisse por adiar o torneio para 12 de março pelas dificuldades de formar tanto times mistos como somente de oficiais, e “sendo intenção da Directoria que esse jogo seja de officiaes no

¹³2ª. *Assembleia de Representantes, de 27 de dezembro de 1915*. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.

¹⁴4ª. *Sessão de Diretoria de 15 de janeiro de 1916*. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.



primeiro torneio a fazer-se, resolveu-se: pedir autorização a Assembléia de Representantes para organizar dous teams combinados de officiaes para esse torneio”.¹⁵

Na 3ª. Assembleia de Representantes, realizada em 19 de fevereiro de 1916, a questão da composição mista das equipes surgiu novamente nas discussões. Ao ler a proposta de organização do campeonato de *water polo*, o Diretor-Secretário informou que o campeonato seria

disputado por teams de praças. Alem dos jogos do campeonato o Diretor de Water Polo organizará tantos teams quantos poder, combinados ou não, de officiaes e sub-officiaes separadamente, para jogarem e determinarem em cada categoria um team vencedor, com o fim de desenvolver o gosto por este jogo. A proposta foi aceita sem discussão.¹⁶

Definiu-se ainda nesta mesma Assembleia a realização do campeonato de natação com 03 provas: uma para oficiais, uma para suboficiais e uma para praças, todas de 250 metros. Neste caso, a discussão recaiu sobre a questão do quantitativo de participantes de cada nível hierárquico que cada navio, corpo ou estabelecimento poderia inscrever na competição. Após duas propostas, foi aprovado o quantitativo de somente duas praças por navio para a participação nas competições.

A partir destas discussões, adotou-se na LSM a postura de organização de competições distintas para oficiais, suboficiais e praças em todas as modalidades, mantendo a estrutura hierárquica como definição da participação esportiva. Com esta organização, evitava-se não somente que oficiais e praças, por exemplo, competissem uns contra os outros, mas também que competissem lado a lado nos esportes coletivos. Esta questão surgiu novamente em 1917, a partir de uma consulta do Representante da Liga no Contratorpedeiro Mato Grosso sobre a participação mista em competições esportivas. Sobre isto, respondeu-se que

(...) não é, pela Liga, permitido nem prohibido os officiaes jogarem junto com as praças em exercício em jogo publico; que, por varias autoridades navaes tendo sido prohibido o jogo em commum, a Liga nunca os fez; que vários commandantes os permitem, ao menos com caracter de instrução em ensino; e que, de qualquer modo, os Representantes devem sujeitar sua acção de directores de sports as ordens e orientação de seus commandantes; que as ordens do dia, sobre a Liga, não se referem a este ponto.¹⁷

¹⁵Sessão de Directoria de 13 de fevereiro de 1916. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.

¹⁶3ª. Assembleia de Representantes de 19 de fevereiro de 1916. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.

¹⁷Sessão de Directoria de 31 de março de 1917. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.



No entanto, ao longo da vida da LSM desde sua fundação, em 1915, até 1940, quando foi extinta com a criação do Departamento de Educação Física da Marinha, foram organizadas competições anuais em diversas modalidades sempre com a determinação de provas distintas para oficiais, suboficiais e praças. Apesar da não proibição das composições de equipes mistas por parte da Liga, não havia também fomento de tais práticas como consequência dos conflitos internos com comandantes nas primeiras ações da LSM ainda no ano de 1916. As reuniões da Liga eram realizadas comumente entre 16 e 18 horas. Este fator, associado aos informes de ausência de diretores ou sócios por questões profissionais, nos informa que as atividades da LSM eram realizadas em paralelo ao cumprimento das atividades funcionais destes militares e os encontros, agendados para horários fora do horário de expediente.¹⁸

A manutenção financeira da LSM iniciou a partir de doações de entidades e pessoais. Como destacado da Ata de fundação da Liga, as ações de planejamento iniciaram-se com o apoio do Clube Naval que tendo “aprovado a ideia, e solicitado do Conselho Director autorização para fazer a Liga donativos de Rs 1:200\$000, e que essa autorização seria pelo mesmo conselho discutida em sua próxima reunião”.¹⁹ Ao longo das atas de reunião do primeiro ano de atividade não foram mencionados valores definidos de contribuição de sócios ou de pagamento de inscrição nos eventos. Somente em janeiro de 1917 registrou-se a primeira declaração de cobrança de inscrições para participação no campeonato de *water polo* para oficiais a se realizar naquele ano: “Cada jogador pagará 3\$000 de inscrição, com que entrará até começarem os jogos. O team vencedor receberá 07 medalhas de prata”.²⁰ No mês seguinte, em fevereiro de 1917, registra-se ainda uma resolução tomada pela LSM a fim de estimular os sócios a realizar suas contribuições: “resolveo-se relevar, aos sócios atrasados de suas contribuições em 1916, o pagamento das mesmas, desde que paguem as do ano corrente”.²¹ Com estas medidas buscava-se o aumento nas verbas da Liga com objetivo de cobrir as despesas com a aquisição de materiais esportivos e de uso administrativo, conforme

¹⁸Cf. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I (1915-1920) Comissão de Desportos da Marinha; Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo II (1920-1922) Comissão de Desportos da Marinha; Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo III (1922-1924) Comissão de Desportos da Marinha; Livro Registro de Competições (1923-1928) Comissão de Desportos da Marinha.

¹⁹*Reunião de officiaes para fundação da Liga de Sports da Marinha*. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.

²⁰*Sessão de Diretoria de 07 de janeiro de 1917*. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.

²¹*Sessão de Diretoria de 07 de fevereiro de 1917*. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.



declarado nesta mesma ata onde foram autorizadas as despesas para aquisição de uma bola de futebol para o treinamento do *scratch-team*, de papel de carta, de impressão de “impressos” para relação dos times de futebol e *water polo* e de envelopes para *memorandum*.

Nas atas não há descrição detalhada dos gastos ou dados de entrada ou saída de valores, exceto em trechos onde o Diretor-Tesoureiro consultou, em primeira ocasião, a possibilidade de investir o capital da Liga, registrando-se que “foi estudada a melhor colocação para o capital em caixa pertencente a Liga, ficando o Diretor Tesoureiro encampado de estudar em que condições pode elle ser colocado na seção de empréstimos do Club Naval”.²² Em uma segunda sessão, em dezembro de 1916, informou-se que “por proposta do Diretor Tesoureiro foi resolvido depositar na Secção de Empréstimos do Club Naval, a juro de 7% ao anno, a quantia de um conto de reis (1:000\$000)”.²³ Como já destacado, não há maiores detalhamentos sobre as entradas e saídas financeiras da LSM nos documentos analisados. No entanto, realizando um comparativo com as rendas de uma Liga Esportiva civil em atividade no mesmo período e na mesma localidade (cidade do Rio de Janeiro), é possível perceber que as verbas da LSM encontravam-se distantes das movimentações financeiras das demais entidades de organização esportiva. Como exemplo, a Liga Metropolitana de Desportos Terrestres, em registro do relatório de 1917-1918 arrecadou mais de 02 contos de réis somente com o recolhimento de 10% sobre 06 jogos realizados pelo Fluminense *Football* Clube na 1ª. Divisão de 1917 (Malaia, 2010).

Observando as discussões das fontes realizadas até este ponto, já é possível identificar que alguns dos aspectos detalhados nos modelos de liga esportiva definidos no início deste item não apresentam correspondência no caso da LSM. Bougheas e Downward (2003) afirmam, por exemplo, que ao longo dos anos as ligas esportivas em todo o mundo têm desenvolvido políticas para preservar o equilíbrio competitivo, focando especialmente no mercado de trabalho esportivo. No caso em análise, no entanto, a questão do equilíbrio competitivo passava por outras esferas, como as determinações hierárquicas. A qualidade técnica ou física não era a base primordial de definição das equipes, mas sim o posto ou graduação ocupado pelo militar que lhe garantia prerrogativas de preferência em relação aos demais indivíduos.

²²Sessão de Diretoria de 02 de junho de 1916. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.

²³Sessão de Diretoria de 26 de dezembro de 1916. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha



Neste sentido também, a audiência dos eventos, os espectadores, não eram uma preocupação significativa nas competições internas da LSM, não havendo, portanto, rendas importantes a serem revertidas à instituição. Realizadas em espaços no interior dos quartéis ou em espaços cedidos pelo governo, através de acordos de concessão, os eventos esportivos entre os navios, corpos e estabelecimentos da Marinha não tinham como foco principal a atração de público ou a geração de rendas com a venda de ingressos. Seus objetivos eram a divulgação das práticas esportivas entre os militares, a inserção de práticas “sadias” no cotidiano das corporações e o efetivo reconhecimento da entidade no cotidiano esportivo do Rio de Janeiro. O argumento de Neale (1964) de que a incerteza do resultado seria o grande atrativo para os consumidores e que esta somente seria possível com um equilíbrio qualitativo entre as equipes não é identificada na estrutura da entidade analisada, uma vez que ter audiência nas competições não era uma necessidade primordial para a LSM e, como já apontado, a questão do equilíbrio passava por diversas outras esferas.

No processo de organização das competições, como apontado acima, a LSM buscava sempre solicitar junto aos órgãos públicos ou entidades esportivas a concessão de espaços para a realização de suas atividades. Ainda nos primeiros meses de atuação, a entidade realizou um “dia de sports terrestres”²⁴ em espaço cedido pelo Clube Botafogo por intermédio do sócio Segundo-Tenente Benjamin Sodré, que na época era esportista de futebol do clube. Decidiu-se ainda que, para o evento, seria definido número fixo de duas praças participantes por navio ou corpo inscrito, mas um número livre de oficiais ou suboficiais.²⁵ Mais uma vez a questão da hierarquia utilizada como definidora das ações no processo de gestão do esporte na Marinha.

Ainda com relação ao processo de aquisição de espaços para realização de seus eventos, a LSM buscava acionar órgãos federais e municipais para a cessão de campos públicos para suas atividades. Como registrado nas sessões de Diretoria de 02 e 27 de junho de 1916, a entidade buscou informações sobre um terreno na Praia Vermelha para a construção do campo de futebol da Liga. No entanto, em consulta ao Ministério da Agricultura foi informado que tal espaço entre a Inspeção de Pesca e a Escola de Estado Maior do Exército havia sido cedido para a construção da

²⁴No programa do evento, previa-se a realização de torneio de futebol, cabo de guerra (segundo as regras do torneio *Initium*), corridas a pé de 100metros e 1.000metros, salto em altura e salto em distância, torneio de *shoots*, concurso de retinidas.

²⁵4ª. *Assembleia de Representantes de 19 de abril de 1916*. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.



Faculdade de Medicina. A Diretoria, devido às dificuldades de obtenção do espaço na Praia Vermelha, resolveu estudar a possibilidade de alugar algum campo das sociedades de futebol.²⁶

Sem sucesso na primeira tentativa de aquisição de um campo público para a realização de seus eventos, a LSM passou a cogitar a possibilidade de alugar campos privados das sociedades de futebol do Rio de Janeiro para tal fim. No entanto, ainda em setembro de 1916 prosseguia utilizando espaços no interior de seus quartéis para as competições, espaços sem as condições físicas necessárias, conforme detalhado na reunião do dia 12 de setembro de 1916,

O Diretor Secretario transmittio as observações do Diretor de Football quanto ás más condições do campo da I. Das Enxadas e do Batalhão Naval, e sua indicação no sentido de se obter para os jogos a se realizar o campo Municipal da Praia do Russell. Resolveo-se a este respeito officiar ao Sr. Inspetor de Mattas e Jardins da Prefeitura pedindo o uso do campo nos domingos pela manha e 5as feiras a tarde, e ao Sr. Ministro da Guerra pedindo a cessão de uma barraca para mudança de roupa dos jogadores quando os jogos forem no mesmo campo.²⁷

Seja por falta de verbas para o aluguel de espaços próprios para as atividades ou por valer-se da posição de Liga Esportiva no interior de um órgão público federal (Marinha do Brasil), a LSM buscava sempre alternativas para a organização de suas ações que não envolvessem o pagamento de despesas de aluguel.

A LSM adotou ainda um sistema de premiações para suas competições que envolvia a doação de taças e medalhas por indivíduos ou instituições e também a cobrança de quantias aos próprios participantes dos eventos destinadas especificamente à confecção das premiações. Somente as primeiras taças a serem disputadas em 1916 foram adquiridas pela Liga em uma estratégia de gestão voltada ao processo de divulgação de suas atividades. Na 3ª Sessão da Diretoria, em 06 de janeiro de 1916 ocorreu a discussão sobre a compra das taças para os campeonatos estabelecidos para o ano de 1916. Ficou definido que seriam realizados os campeonatos de vela, remo, *water polo*, natação e futebol, devendo ser adquiridas 05 taças de prata e que as taças fossem “expostas em casa commercial e no Arsenal de Marinha para propaganda da Liga”.²⁸

²⁶Sessão da Diretoria de 02 de junho de 1916 e Sessão da Diretoria de 27 de junho de 1916. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.

²⁷Sessão da Diretoria de 12 de setembro de 1916. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.

²⁸Sessão da Diretoria de 06 de janeiro de 1916. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.



Gestão do Esporte Militar no Brasil: Uma Análise Histórica do Primeiro Modelo de Gestão Adotado pela Liga de Sports da Marinha (1915-1919)

Em março deste mesmo ano, no processo de organização do torneio de *water polo* para oficiais, determinou-se a cunhagem de moedas para os vencedores a ser realizada com os recursos monetários dos oficiais inscritos na competição.²⁹ No entanto, este processo de cobrança de valores dos participantes por vezes não era cumprido, gerando a não entrega das premiações acordadas para as competições. Na reunião de Diretoria de 22 de fevereiro de 1917, foi informado um comunicado do Primeiro-Tenente Attila Monteiro Aché de que não haviam sido entregues as medalhas ao time vencedor do campeonato de *water polo* do ano de 1916. Como alternativa, o oficial sugeriu que as medalhas fossem confeccionadas por conta dos vencedores do torneio. A diretoria aceitou a proposta e justificou que as medalhas não haviam sido entregues porque os sócios não fizeram as contribuições financeiras que seriam utilizadas para a cunhagem.³⁰

No mês de junho de 1917, a Liga de *Sports* da Marinha e a Liga Militar de *Football* receberam a doação de uma taça que iniciou a disputa de uma competição específica entre Marinha e Exército que se prolongou até a década de 1920. Na sessão da Diretoria de 27 de junho de 1916, registrou-se “officio de 19 do corrente, recebido a 24, do Clube de Regatas Flamengo (C.R. Flamengo), declarando oferecer uma taça para ser disputada annualmente entre Exercito e Marinha, e pedindo o comparecimento de um representante da Liga no dia 21, para fixar as fases da disputa”.³¹ A disputa da chamada Taça Flamengo foi a primeira competição organizada pela LSM, em parceria com a LMF e o C.R. Flamengo, onde há referência direta à cobrança de ingressos para espectadores.

Com relação ao jogo contra o Exercito, em disputa da taça oferecida pelo C.R. Flamengo, com consta a acta da sessão de 27 de junho do anno passado, o Director Secretario communica que fixou com o 1º Secretario da Liga Militar de Football, ao referendun das respectivas directorias, as seguintes bases para a disputa deste anno: 1º. Os teams serão de praças; 2º. O arbitro será indicado pelo Club do Flamengo e aceito por ambas as Ligas; 3º. Si o jogo terminar em empate o desempate será feito em outro dia segundo o modo que se combinará; 4º. A renda liquida dos portões será dividida assim: 50% do Club offertante; 25% a cada uma das Ligas; 5º. Os secretários das duas Ligas ficaram com poderes plenos das duas Directorias para combinarem os detalhes de encontro e as fixarem com o C.R. Flamengo. Foram unanimemente approvadas estas bases. Resolveo-se mais com relação ao mesmo assumpto: convocar o Conselho Director para o dia 22, as 4 ½ pm, com o fim de

²⁹Sessão da Diretoria de 31 de março de 1916. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.

³⁰Sessão da Diretoria de 22 de fevereiro de 1917. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.

³¹Sessão da Diretoria de 27 de junho de 1916. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.



solicitar autorização de organizar um scratch team para jogar contra o Exército, visto que de tal não cogitar os Estatutos; e, após a autorização referida, convidar o Cap. Tenente Soares de Pinna para organizar o scratch team, e dar os mais passos necessários com relação ao caso.³²

Para a preparação desta competição, foi definido a Liga poderia “formar scratch-teams com jogadores da Liga nos casos em que ella deva corresponder a convite para jogos contra outras instituições idôneas, por não estar isto previsto nos estatutos”.³³ *Scratch teams* seriam equipes formadas por jogadores que normalmente competem em lados diferentes, ou seja, times combinados compostos por jogadores de times diversos. No caso da LSM, como sua estruturação inicialmente era de uma Liga Multiesportiva para organizar competições entre os vários navios, corpos e estabelecimentos da Marinha, não era previsto, a princípio, a formação de times para disputas com equipes de fora da instituição. Com o início desta nova modalidade de evento, a Liga passou a converter-se também em clube, quando participante de competições com equipes externas com seus *scratch teams*.

Conforme apresentado no trecho do documento acima, as rendas dos portões seriam divididas em três partes: 50% para o C.R. Flamengo e 25% para cada uma das Ligas Militares. Neste sentido, não se vê também a aplicação do argumento de Vamplew (2004) de que as ligas teriam objetivos de maximizar as rendas, uma vez que a entidade cessora do campo e da taça ficaria com o dobro dos valores das Ligas.

A primeira disputa da Taça Flamengo foi realizada em 29 de abril de 1917 e seu resultado, divulgado na sessão da Diretoria da LSM de 02 de maio do mesmo ano.

Venceo o team da Liga de Sports da Marinha, que bateo o do Exercito por 4x1. No torneio de cabo de guerra, que se fez no mesmo dia entre teams de Exercito e Marinha, tomaram parte, pela Marinha, Batalhão Naval, Bahia, Benjamin Constant e Flotilha de Submersíveis. Nas eliminatórias da Marinha venceo o C. Bahia, que jogou a final contra o team do 2o. Reg. de Infantaria, vencedor nas finaes, alias, eliminatórias do Exercito. Foram na mesma ocasião executados exercicio de gymnastica sueca, pela C. Minas Geraes e um de esgryma de bayoneta, pelo Batalhão Naval. Compareceram a festa os Srs. Presidente da Republica, Ministro da Marinha e varias pessoas de posição official convidadas. Todos as demais pessoas pagaram entrada.³⁴

³²Sessão da Diretoria de 19 de janeiro de 1917. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.

³³Sessão do Conselho Diretor de 22 de janeiro de 1917. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.

³⁴Sessão da Diretoria de 02 de maio de 1917. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.



Este evento ainda gerou uma discussão intensa entre Exército e Marinha na organização da segunda edição, no ano de 1918. Nas sessões de Diretoria dos dias 12 de março, 22 de março e 25 de março de 1918 registraram-se os debates sobre a disputa. Em 12 de março, foi recebida autorização para a realização da Taça Flamengo, contra o Exército, nos mesmos termos da competição do ano anterior, a ser realizado no campo do Flamengo. Na ata de 22 de março, foi registrado que a Diretoria, em comunicação telefônica com o Capitão Castello Branco, 1º. Secretario da Liga Militar de *Football*, soubera que a LMF tinha a intenção de não enviar seu time para o campo do Flamengo no dia combinado para realizar a disputa da Taça. As justificativas seriam pelas más condições do campo e por não poder reunir um bom time para a competição, tendo a pretensão de adiar o jogo e publicar notícias nos jornais informando a não realização da partida.

A Diretoria da LSM, na mesma comunicação, disse ao representante da LMF que seria melhor nada noticiar nos jornais, por achar a LSM que seria o caso de uma comunicação direta entre as Ligas e porque que o jogo deveria sim ser realizado, já que as combinações e convites oficiais já haviam sido feitos, inclusive ao Sr. Presidente da República. Após discussão com os diretores presentes, resolveu-se manter a realização do jogo e não aceitar o adiamento proposto pela LMF, mandando o seu time a campo na data combinada. O Diretor-Presidente ainda informou que iria tomar providências para desfazer os convites oficiais realizados e que, em comunicação com o C.R. Flamengo, foi confirmada a disponibilidade do campo para a realização do evento no dia 24. Em 25 de março, registrou-se que os diretores da LSM e seu time compareceram no dia 24 ao campo do Flamengo para o torneio agendado.

O time da Liga Militar de *Football* não compareceu e foi registrado um atestado pelo C.R. Flamengo sobre o fato. Resolveu-se oficializar a LMF informando que a LSM mandou a campo seu time no dia 24 e remeter a LMF uma fatura de sua parte das despesas contraídas em comum pelas duas Ligas para a realização da disputa da Taça Flamengo.³⁵

Nas atas seguintes não há retorno de debate sobre a competição não realizada, mas os episódios relatados acima demonstram certa animosidade entre as duas Ligas Militares no processo de organização da disputa de 1918. No entanto, um aspecto significativo foi a manutenção do

³⁵Sessão da Diretoria de 12 de março de 1918, Sessão da Diretoria de 22 de março de 1918, Sessão da Diretoria de 25 de março de 1918. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.



evento, mesmo sabendo da intenção de não comparecimento declarada pela Liga do EB, em vista dos custos já dispendidos para a preparação da competição. Além disso, mesmo com a não realização, a cobrança, ao menos em tese, da parcela que seria de obrigação do Exército apresentava-se como uma forma de penalidade financeira pelo não cumprimento de um compromisso esportivo.

Logo após os desdobramentos indicados acima, a LSM entrou em um período complicado no processo de gestão do esporte na Marinha. Em ata sem data, registrou-se a solicitação de desligamento do Capitão-Tenente Lemos Basto da Diretoria da Liga por ter que se ausentar e partir em comissão na Divisão de Operações de Guerra. A sessão anterior havia ocorrido em 23 de abril de 1918. A ata seguinte, também sem data, informava a necessidade de convocar novas eleições de diretoria, seguindo os estatutos, e previa o agendamento para 17 de fevereiro. No entanto, em 25 de fevereiro de 1919 registra-se uma ata de reunião onde foi justificada a não realização da eleição por ausência absoluta de sócios nas duas convocações de Assembleia Geral realizadas. O então Diretor-Secretário Armando Pinna informou que “os directores presentes resolveram continuar a testa da administração, de modo a não deixar morrer a Liga, até que se podesse proceder uma nova eleição”.³⁶

Nos registros, a nova ata de sessão de Diretoria data de 02 de junho de 1919, informando sobre o retorno da Divisão de Operações de Guerra e apresentando o desejo da diretoria da LSM de organizar uma “festa sportiva militar” em homenagem a tripulação que regressava a se realizar no C.R. Flamengo. Após as discussões, ficou definido o programa com jogo de bola; corrida da serpente; jogo de dado; cabo de guerra para marinheiros, navais e reserva; corrida de obstáculos; esgrima de baioneta; ginástica sueca; “match” de futebol entre marinheiros e navais e a execução do hino nacional.³⁷

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Ligas, de acordo com as definições de Neale (1964) e Vamplew (2003), seriam entidades com objetivos de controle e monopólio do mercado esportivo com finalidade de maximização de

³⁶Sessão da Diretoria de 23 de abril de 1918, Sessão da Diretoria de 25 de fevereiro de 1919. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.

³⁷Sessão da Diretoria de 02 de junho de 1919. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I. Comissão de Desportos da Marinha.



REFERÊNCIAS

- Almeida, C. (1997). *100 Anos de FRERJ*. Transcrição de palestra proferida no Clube Naval, por ocasião das comemorações do centenário da FRERJ. Rio de Janeiro: FRERJ.
- Bougheas, S., & Downward, P. (2003). The Economics of Professional Sports Leagues Some Insights on the Reform of Transfer Markets. *Journal of Sports Economics*, 4 (2), 87–107.
- Calado, C., & Ferreira, C. (2005). *Análise de documentos: método de recolha e análise de dados*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Cancelli, K. (2012). As Forças Armadas e os Jogos Esportivos do Centenário de 1922. In J. Malaia & V. Melo. (Org.). *1922 Celebrações Esportivas do Centenário* (pp. 118-141). Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Cancelli, K., & Mataruna, L. (2012a). Para o desenvolvimento físico do pessoal da Armada, institucionaliza-se o esporte: análises sobre as primeiras aproximações da Marinha do Brasil com as práticas esportivas e o processo de fundação da Liga de Sports da Marinha. *Navigator*, 8, 101-114.
- Cancelli, K., & Mataruna, L. (2012b). As Forças Armadas e o esporte: introdução de novas ferramentas para 'concorrer para o desenvolvimento físico do pessoal' e incorporar 'as melhores e mais salutares distrações'. *Anais do Encontro de Historiadores Militares*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- CISM. *Conseil International Du Sport Militaire - Sports*. (2011). Recuperado em 22 julho, 2011, de http://www.cism-milспорт.org/eng/003_SPORTS/000_menu_sports/000_menu_sport_s.asp.
- Dinces, S. (2005). Padres on Mount Olympus: Los Angeles and the Production of the 1932 Olympic Mega-Event. *Journal of Sport History*, 32 (2), 137-165.
- Garrido, F., & Lage, A. (2005). O Esporte na Marinha do Brasil. In L. P. DaCosta (Org.). *Atlas do Esporte do Brasil*. Rio de Janeiro: Shape.
- Garrido, F. (2007). A Regata Escola Naval: do lazer à performance, um grande espetáculo. In: *Revista de Villegagnon – Revista Acadêmica da Escola Naval*, 2 (2), 80-86.



- Malaia, J. (2008). O processo de profissionalização do futebol no Rio de Janeiro: dos subúrbios à Zona Sul. A inserção de negros, mestiços e brancos pobres na economia da Capital Federal (1914-1923). *Leituras de Economia Política*, (13), 125-155.
- Malaia, J. (2010). *Revolução Vascaína: a profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Malaia, J. (2011). “Diplomacia do pé”: o Brasil e as competições esportivas sul-americanas de 1919 e 1922. *Tempo e Argumento*, 3 (2), 43-76.
- Melo, V. (2010) Apontamentos para uma história comparada do esporte: um modelo heurístico. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, 24 (1), 107-120.
- Melo, V., & Maia, P. (2005). Turfe. In L. P. DaCosta (Org.). *Atlas do Esporte do Brasil* (pp. 365-366). Rio de Janeiro: Shape.
- Neale, W. (1964). The peculiar economics of professional sports: a contribution to the theory of the firm in Sporting competition and in Market competition. *The quarterly journal of economics*, 78 (1), 1-14.
- Rio 2011. (2011). 5º. *Jogos Mundiais Militares do CISM –Modalidades*. Recuperado em 22 julho, 2011, de http://www.rio2011.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=826&Itemid=2&lang=pt.
- Rottenberg, S. (1956) The Baseball Players Labor Market. *The Journal of Political Economy*. 64 (3), 242-258.
- Silva, C., & Melo, V. (2011). Fabricando o soldado, forjando o cidadão: o doutor Eduardo Augusto Pereira de Abreu, a Guerra do Paraguai e a educação física no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 18 (2), 337-353.
- Vamplew, W. (2004). *Pay Up and Play the Game: Professional Sport in Britain, 1875-1914*. London: Paperback.



Data do recebimento do artigo: 20/09/2012

Data do aceite de publicação: 21/10/2012